

Entrevista Estado da Nação João Cravinho

“Todos sabemos que está a aproximar-se o momento em que este problema [da necessidade de reestruturar a dívida] vai ser discutido no âmbito europeu, em que nós o propusemos, malgrado a tentativa que direi – caridosamente –, ingénua, de pretender dizer exatamente o contrário daquilo que dizemos, de modo a que se julgasse que estamos a preconizar que os dirigentes portugueses partam para Bruxelas e apresentem isoladamente, já, as soluções. Não é nada disso! É absolutamente o contrário; é no contexto do funcionamento da união económica e monetária que esta matéria deve ser discutida!”

“O problema da dívida é europeu e não apenas um problema português”



JOÃO MARCELINO

PAULO BALDAIA

“Aqui”, na parte internacional?

Sim. Na parte internacional foi Francisco Louçã, que de facto tem muitos contactos internacionais e é muito conhecido em vários centros universitários europeus. Ele, aliás, doutorou-se em Inglaterra e é também conhecido nos Estados Unidos. Relatando a situação portuguesa e o que se estava a passar, conseguiu que várias pessoas se associassem e apoiassem os nossos esforços e propósitos. A partir daí, as coisas passaram-se muito rapidamente.

Isso aconteceu imediatamente a seguir ao lançamento do manifesto nacional ou foi ao mesmo tempo?

Decorreram uns dias, não mais de quatro. Aquilo que me surpreende extraordinariamente é a rapidez quase que instantânea das adesões. Há aqui cientistas e economistas de 20 países que pertencem a instituições, algumas delas com programas de cooperação intensos e que muitas vezes se encontram, e outros que estarão em círculos académicos um pouco diferenciados. Foi possível estabelecer pontes.

E vai haver novas etapas para esta cruzada?
[Sorrindo] A imaginação humana não tem muitos limites, sobretudo nos meios académicos. E já recebi ecos de quem percebe que isto é importante nos seus países.

‘Manifesto dos 70’ Documento assinado por 74 personalidades portuguesas (e mais tarde apoiadas por 74 estrangeiras) de várias áreas políticas, económicas e sociais, como Bagão Félix, Manuela Ferreira Leite, Francisco Louçã (entre outros). Defende que, no contexto da União Europeia, sejam encontradas soluções (apontando-se várias hipóteses) para as dívidas de países como Portugal, através da sua reestruturação.

“Um primeiro-ministro, numa situação destas, não pode partir de machado em riste contra um agrupamento de pessoas das mais diversas naturezas e que têm, de modos muito diferentes, algum relevo nacional...”

Pode haver mais manifestos “dos 70” em vários países da União Europeia?

Esta lista já tem mais adesões, primeiro ponto. Segundo, sei que há também vontade e até julgo que já estará em curso alguma coisa por uma outra via e que há quem diga que esta questão, verdadeiramente, deve ser dirigida às instituições europeias como problema europeu, nem é do país A ou do país B, o que é o aspeto até interessante e mais fecundo. É algo acima dos países, agregando-os, abraçando-os a todos. Isso exige uma preparação mais forte e um entendimento e coordenação também fortes. Não sei o que vai dar, por mim estou muito satisfeito já e acredito que se possa iniciar um debate noutros países.

Gostou da referência do Presidente da República, no discurso de quarta-feira, aos “mecanismos de dívida comum”?
Sim, sem dúvida. Gostei, até porque isso é um reconhecimento. Todos sabemos que está a aproximar-se o momento em que este problema vai

ser discutido no âmbito europeu, em que nós o propusemos, malgrado a tentativa que direi – caridosamente –, ingénua, de pretender dizer exatamente o contrário daquilo que dizemos, de modo a que se julgasse que estamos a preconizar que os dirigentes portugueses partam para Bruxelas e apresentem isoladamente, já, as soluções. Não é nada disso! É absolutamente o contrário; é no contexto do funcionamento da união económica e monetária que esta matéria deve ser discutida! Compreendeu as reações diferentes, mas qualquer uma das duas veementes, do primeiro-ministro Passos Coelho e do Presidente da República (com a exoneração dos seus dois consultores)?

Uma coisa é se as aceito, outra coisa se as compreendo. Lá compreender, compreendi...

Faria o mesmo se estivesse no lugar deles?
Não, não faria. Primeiro, repare: um primeiro-ministro, numa situação destas, não pode partir de machado em riste contra um agrupamento de pessoas das mais diversas naturezas e que têm, de modos muito diferentes, algum relevo nacional... [Interrompendo]... Mas o primeiro-ministro pode também, e deve, estar preocupado com os juros e com as consequências que um manifesto desses pudesse ter imediatamente nos juros. Isso compreende. O que é que diz que não aceita?

Um primeiro-ministro deve estar preocupado em governar bem, primeiro ponto. Segundo, um primeiro-ministro deve estar preocupado em estabelecer um grande



João Cravinho chega bem disposto, a pé, depois de estacionar “por perto”

Depois de finalizada a entrevista, fica à conversa com os jornalistas mais meia hora

Como lhe surgiu a ideia do manifesto “dos 70”, pela renegociação da dívida), como se desenrolou a recolha de assinaturas e, já agora, como se tratou de dar dimensão internacional a este movimento?
Começando por aí, devo dizer que aqui fui um recetador muito agradecido e, sobretudo, muito contente.



A entrevista é gravada na manhã de quinta-feira, no auditório do DN, em Lisboa

Traz um dossier com números que vai folheando e citando sempre que necessário

PERFIL

JOÃO GOMES CRAVINHO

› Nasceu em Angola a 19 de setembro de 1936
› Socialista, deputado, foi ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território de 1996 a 99 no Governo de António Guterres
› Como deputado, apresentou, em 2006, um plano anticorrupção que visava os detentores de cargos públicos cujas declarações de rendimentos não correspondessem ao património público conhecido.

consenso nacional com o seu povo. Um primeiro-ministro tem a obrigação estrita, a cada momento, de estar atento, de estar à escuta, para depois dizer o que tiver a dizer, de uma maneira que possa ser recomendada aos meninos lá em casa.

A parte em que o manifesto pretende alargar as maturidades da dívida e diminuir os juros tem também em conta o tratado orçamental que prevê que nenhum país tenha dívidas acima dos 60% do PIB. Há, portanto, a consciência de que, mesmo com o alargamento dessas maturidades, não vamos cumprir nos próximos anos esta parte que está no tratado. A pergunta que lhe faço é: rever o tratado orçamental também faz parte desta discussão?

Sobre isso, digo pura e simplesmente: quando se aspira ou se pretende que é possível fazer o impossível, alguma coisa há de suceder. E, de um modo geral, sucede que qualquer adaptação não é sobre o impossível, é no sentido daquilo que é efetivamente desejável e possível. Pergunta-me, é possível cumprir o tratado orçamental? É, com um polícia a cada porta, porventura num estado de emergência...

Mas como isso não é solução, está a dizer que também o tratado orçamental...?

[Interrompendo de novo] Não sei se é solução! Para quem o preconiza, e sabe tão bem como eu...

Mas o engenheiro João Cravinho não preconiza isso...

Eu não! Até fico espantado ao ver gente com grande experiência política que acha que há condicionamentos financeiros muito importantes – que os há, claro –, mas que não há limitações, nem sociais, nem políticas, nada!

E há...?

Que venha o primeiro e desminta! Aquilo que mais vejo de comentário à situação de Portugal e de outros países, no *Financial Times*, que é um jornal que suponho que não seja propriamente o porta-voz do esquerdismo mais encarniçado, são artigos a dizer “atenção que o grande problema que temos pela frente é se não estamos a destruir a democracia na Europa”. Repare que este

manifesto, ao contrário de muitos outros, faz vários apelos em nome da democracia e acentua bem isso! Porque, de facto, quando se diz com ar aritmético, de quem sabe a tabuada e só isso, que é possível durante 20 anos ter excedentes primários de 3% e ao mesmo tempo taxas de crescimento nominais de 4%, é de facto dizer, bom, [vem aí] a via da força, com certeza! Ninguém, nenhum país aguenta 20 anos de expectativa de que o ano seguinte ainda vai ser pior.

...Para chegar ao fim e não ser capaz de cumprir o tratado.

Repare, não me preocupo aqui com o tratado. O meu, e nosso, compromisso é nos exatos termos que estão no apelo. Dizemos: “estamos concordantes e estamos preocupados com este problema”, e temos então uma proposta comum em relação aos problemas da necessidade, em primeiro lugar, e em segundo da eficácia da reestruturação. Quanto a modos como fazer, já não nos pronunciamos. Cada um guarda a liber-

“*Quando estivermos a caminhar para as eleições presidenciais francesas, com o desemprego a subir, quero saber se a França e a Alemanha entendem que o melhor é ter lá a senhora Le Pen como presidente!*”

dade de dizer o que quiser. Por mim, o tratado orçamental é um problema essencialmente francês. De França e Itália! Quando estivermos a caminhar para as eleições presidenciais francesas, com o desemprego a subir, quero saber se a França e a Alemanha entendem que o melhor é ter lá a senhora Le Pen como presidente!

O que está a dizer é que a Europa tem de se preocupar com estes problemas porque senão, um dia destes, pode acordar com graves consequências sociais e políticas?

É um problema europeu, e não só português. O nosso, de um ponto de vista geoestratégico, até não é o mais relevante. O grande problema para o futuro da União Europeia, do euro, da senhora Merkel, é evidente, é o problema de cidadania europeia, que hoje é vista funcionando pura e simplesmente do lado punitivo. E punitivo sem remédio. Mas no relacionamento das grandes forças políticas e sociais, é o problema de saber se a França aguenta e se a Alemanha aguenta sem a França. Dizem-me por todo o lado, e conheço alguns alemães, que a única coisa profunda que perturba a senhora Merkel é a ideia de que a França pode não aguentar.

Utilizou a palavra “reestruturação”. Gostaria que me explicitasse o que significa para si esse termo, porque normalmente tem sido aproveitado pelos críticos do manifesto para dizer “aqui estão estes senhores a advogar o perdão da dívida e isso seria muito mau para o País neste momento”.

Há pessoas que não pensam noutra coisa. Diga-se o que se disser, fazem juízo de intenções, nunca de afirmações. Qualquer pessoa que vá a um dicionário – olhe, vá ao Google, em inglês, por exemplo, *restructuring* –, a reestruturação não é mais, e é tudo, é muito, um termo abrangente técnico para significar qualquer alteração a disposições contratuais.

Fica claro que os subscritores do manifesto não querem qualquer perdão de dívida?

É isso que se diz. Depois, dentro do termo genérico, sob o grande chapéu “reestruturação”, há várias modalidades concretas: alongamento de prazos com ou sem diminuição de juros, só diminuição de juros, “xis” coisas que possa imaginar, moratórias, o que quiser. Tudo isso são reestruturações. Pode não haver o menor corte nas reestruturações. Como quase toda essa gente que opina tem Google lá em casa, deem-se ao trabalho de ir ao Google para serem honestos!

E quando se agita com os cortes na dívida logo se passa ao caso da banca portuguesa, que tem na sua posse muita dívida nacional. O que pensa?

É preciso não perceber ou não querer perceber nada! Todas as soluções que falam acima de 60%, inclusivamente as de origem alemã do conselho dos sábios, têm esse mesmo problema. É uma coisa muito simples. Se você tem uma dívida a um privado, um banco, de maturação de dez anos, chega aos dez anos, ou antes disso se for conveniente, e recompra a dívida. Quem fica com a dívida nova tem de ser uma entidade com um arcaboço financeiro e condições institucionais tais que lhe permitam dizer “fico com ela e na nossa relação essa dívida tem uma maturação de “xis” anos mais do que tinha”. Isso é uma coisa elementaríssima. E é preciso ou ser muito ignorante ou estar muito de má-fé para fazer disso um bicho de sete cabeças. Soluções há às dezenas...

Está confiante de que esta discussão, não só em Portugal mas sobretudo na Europa, faça o seu caminho e abra um novo tempo da gestão financeira europeia?

Não vejo como possa deixar de ser, porque não há milagres. A outra questão, mas não parávamos, é dizer “não há almoços grátis”, toda a reestruturação de dívida tem um custo. Alguém tem de suportar os custos. Como se faz a partilha dos custos é também um grande problema político. Essa negociação vai fazer-se necessariamente no âmbito europeu e está sempre escrito, isso. ▶

Estado da Nação

João Cravinho

“

A Comissão Europeia publicou o seu relatório anticorrupção. O problema foi considerado grave à escala europeia e muito grave à escala portuguesa. Não me dei conta de nenhuma reação! De nenhum partido político... No Governo ou na oposição! Silêncio. Daqueles silêncios perfeitos.”



“

Se alguém que tem responsabilidades públicas cai sob a suspeita de ter, digamos, propriedade, ativos, o que for, cuja origem não consegue explicar, não tem condições para exercer o cargo porque comete um crime de ocultação, de não transparência”



► O segundo tema que escolheu para esta entrevista foi a corrupção. Lembro que em 2006, enquanto deputado socialista, apresentou um plano anticorrupção que consistia, entre outras medidas, em colocar sob suspeita uma pessoa cujas declarações de rendimentos não correspondessem ao seu real património. Quase dez anos depois, como olha para essa sua proposta e para o caminho que ela fez, ou não fez neste caso, na sociedade portuguesa?

bilidades públicas cai sob a suspeita de ter, digamos, propriedade, ativos, o que for, cuja origem não consegue explicar, não está a dizer-se que ele roubou ou não roubou, o que está a dizer-se é que não tem condições para exercer o cargo porque comete um crime de ocultação, de não transparência, que viola a sua responsabilidade de cumprimento de funções de Estado. É só isto! É uma coisa objetiva.

E sendo um crime, qual é a penalização? É apenas a de não poder exercer?

Não, não! É a que o código disser. A questão do estabelecimento das penas não se faz a sentimento, ou nunca se deve fazer a sentimento, nem muito menos a respostas de vinganças populistas. Há uma hierarquia da violação no enquadramento jurídico bastante complexa. A questão é esta: se, de facto, um indivíduo é acusado disso, tem de se fazer prova concreta do crime de que ele é acusado se cometeu. E ele tem de se defender ou pode defender-se como quiser e entender, exatamente como se o acusarem de homicídio! Esta coisa de dizer “de facto, tenho uma fortuna considerável, mas não vos posso revelar, não sei, não me lembro onde é que a adquiri e como” não é aceitável. Se é assim, então digo: “meu caro amigo, isto é um crime contra a obrigação ou o dever de transparência”. Penalização? O código dirá.

Retorno à sua estranheza pelo silêncio dos partidos em relação ao relatório europeu anticorrupção. Mantém o que disse em tempo, que os partidos políticos estavam atravessados dos interesses, estavam muito ligados aos lobbies dos negócios? E fala por

“**Desses planos de prevenção da corrupção, o que lhes sucedeu? Quem garante que estão bem trabalhados e concebidos? Quem garante que são bem aplicados? Ninguém!”**

experiência própria, conheceu esse ambiente quando esteve no Governo?

Vamos por partes, que são muitas coisas. Primeiro, lembro alguns números que são impressionantes. Juntamente com o estudo da Comissão, vêm dois inquéritos. Dois! Um, sobre o que pensa o povo, o cidadão comum, e outro sobre o que pensam indivíduos que têm experiência e responsabilidade nos negócios. Em Portugal, 90% da população (medida por amostragem) pensa que a corrupção está muito difundida, 90%! E então o mundo dos negócios? Tem coisas como 70 e tal por cento. Tenho aqui os números. Por exemplo, 68% de empresários, de gestores, entendem que a corrupção é um obstáculo à boa condução de negócios; 87% consideram que o favoritismo e a corrupção distorcem a concorrência nos negócios; 76% dizem que a única maneira de ter sucesso é através de ligações políticas!

São números de Portugal?
São números de Portugal! Também tenho aqui os números da Finlândia e nesses países o clima é totalmente diferente!

Esses números não surpreendem o ex-governante, a pessoa que esteve também por dentro?
Não são os primeiros números deste tipo que vejo. Já noutros inquéritos e noutros relatórios vi isso. Como governante, sei muitíssimo bem que, de facto, há no sistema português coisas terríveis. Mas, antes disso, progrediu-se muito.

Melhorou?
Melhorou muito a luta contra a pequena corrupção. E esse grande progresso foi devido não só à informatização, que torna muito mais fácil o controlo de muitos atos, como sobretudo também uma elevação da consciência, quer de funcionários quer da população. Aí progrediu-se muito. E, por outro lado, progrediu-se muito também em áreas fundamentais. Uma delas é a do conflitos de interesses. A noção de conflito de interesses, em Portugal, é de facto absolutamen-

te surrealista. Por exemplo, este primeiro-ministro fez um ato que, de facto, me espanto como os partidos e o próprio Presidente da República não levantaram os seus escudos e disseram “alto, isso nunca”.

Faria de Oliveira O presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), o banco público, é também presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), que representa a banca privada. Tendo de optar por qual dos dois organismos lhe pagava o salário, escolheu o mais elevado, que é o da APB.

ses! É uma pessoa séria, não tenho menor dúvida, nunca pus isso em causa. O que acho é que não é possível expor um país a esta vergonha. E ir ao Parlamento dizer “se houver um dia algum problema, eu cá estou”... Não é um dia, é logo! Nunca se deve colocar uma pessoa em posições responsáveis sob a situação de ter de decidir “hoje o meu chapéu é o A e amanhã é o B”.

Como olha para estes casos das prescrições na banca?

São um aspeto. Recomendo que se olhe para uma publicação da Transparência Internacional, a associação portuguesa, o TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica – *Corrupção fora de Prazo* –, em que fazem um estudo do problema da prescrição em Portugal. Dizem que 73% dos magistrados que inquiriram, procuradores e inspetores criminais, responderam que os períodos de prescrição não são suficientemente longos para os crimes de corrupção.

E portanto há que mudar a lei? Que é o que pediam os juízes.

Fazem recomendações muito interessantes: fornecer meios de investigação aos organismos de investigação criminal para que possam trabalhar com eficácia! Sobre isso, remeto para Maria

José Morgado, que tem dado à estampa descrições do estado de indignação em que muitas vezes está a investigação criminal. O extraordinário é que ainda façam qualquer coisa! Segundo, fornecer mecanismos mais eficazes de proteção de testemunhas. É um problema absolutamente crucial. Sabe-se que as pessoas têm medo de testemunhar. Terceiro, as suspensões. Se é preciso uma carta rogatória, enviada a uma entidade estrangeira, que leva anos às vezes, conta para o prazo!

Pareceu-me, do último debate no Parlamento, que tanto a oposição como a maioria governamental olham para este caso mais ou menos da mesma maneira. Espera que adotem algumas dessas recomendações?

Entre muitas outras coisas, há de facto que responder a esta questão: quem guarda os guardas? Os guardas, no nosso sistema, são a Assembleia da República, o Governo, e os seus diversos departamentos, os tribunais. Mas quem faz o escrutínio daquilo que eles fazem ou não fazem? Dou-lhe um exemplo, o procurador-geral da República é obrigado por lei a enviar todos os anos – e isso foi uma das poucas coisas, e aliás boa, que passou das minhas propostas – à Assembleia da República um relatório muito pormenorizado destinado a poder fazer a avaliação do estado da corrupção em Portugal. O procurador-geral da República, às vezes com atraso, tem cumprido. Alguma vez soube que destino é que foi dado a esse relatório na Assembleia da República? Deve haver lá um caixote, que não digo que seja do lixo, mas...

Perguntou “quem guarda os guardas?” Devia ser a cidadania, ou não? Qual é a sua proposta?

Devia ser a cidadania. Em primeiro lugar, a cidadania representada na Assembleia da República, porque é aí que está a verdadeira cúpula da luta contra a corrupção. Tanto o GRECO como sobretudo este relatório da Comissão acusa o Governo de não ter

GRECO O Group of States Against Corruption (Grupo de Estados contra a Corrupção) foi criado em 1999 pelo Conselho da Europa e tem como objetivo monitorizar o cumprimento das regras europeias anticorrupção, embora não se limite apenas a Estados europeus. Atualmente é composto por 48 membros, 45 da Europa e os EUA.



“

O procurador-geral da República é obrigado a enviar todos os anos à Assembleia da República um relatório muito pormenorizado. Alguma vez soube que destino é que foi dado a esse relatório? Deve haver lá um caixote, que não digo que seja do lixo, mas...”



“Não voltaria a escrever o prefácio para o livro de João Rendeiro”

Voltaria a escrever o prefácio do livro de João Rendeiro?

Não voltaria, como é evidente. João Rendeiro era meu amigo pessoal. Nunca ganhei um tostão com o João Rendeiro, nunca fiz nenhum negócio com o João Rendeiro, mas era meu amigo pessoal.

E já não é?

Tinha muita consideração pelo que ele fez, pelo talento dele. E não conhecia, enfim, estas últimas práticas, algumas delas recentes, aliás. Aguardo que a justiça esclareça tudo. Está em curso, não me pronuncio. Simplesmente, as razões que me ligaram ao João Rendeiro foram razões de amizade longa. Conheci o João Rendeiro ainda ele estava na universidade, trabalhava no meu departamento, se quiser, do Estado. E portanto escrevi o prefácio porque correspondia aquilo que eu pensava na época. Hoje não escreveria.

Durante a sua passagem pelo Governo de António Guterres, como ministro do Equipamento e Planeamento de Administração do Território, foi um dos responsáveis por várias parcerias público-privadas que hoje estão aí no centro das atenções e da discussão política. Como é que as PPP se tornaram o negócio ruinoso em que algumas, efetivamente, se tornaram?

Há trinta e tal parcerias público-privadas; eu lancei sete, ou seja, abri concurso de sete, concluí, assinei e negocieei uma até ao fim. Uma! A de Castelo Branco. Todas as outras foram posteriores.

E em relação às suas, nada lhe pesa na forma como os processos foram conduzidos?

Em relação às minhas, fiz depoimento na Assembleia da República. Fiz um estudo longo justificando tudo. Como podem ver, tinham justificação na época. Tiveram erros, não tínhamos máquina suficiente depois. O problema das parcerias público-privadas que se tem revelado é um problema depois de execução, de acompanhamento, não é um problema ligado...

...À conceptualização?

Exato. E quanto às condições de negociação, estas parcerias compararam perfeitamente com aquilo que a Inglaterra fez. Estão lá os números a demonstrar isso. Lá está, que 30 ou 40 anos depois, o pessoal diz não sei o quê. Eu, como digo, assinei um contrato. Apenas um. Os outros seis que entraram em curso foram todos por outros Governos, pois eu saí em outubro de 1999. Fizeram-se depois quatro, cinco vezes mais PPP e, no fundo, eu, que assinei o contrato de Castelo Branco, da A23, levei o País à ruína? Por outro lado, quero perguntar: a gente de Castelo Branco não merecia ter uma autoestrada, ou isso era só aqui privilégio do litoral? E quero perguntar, e isso está lá tudo demonstrado, as SCUT apareceram num plano muito profundamente elaborado que visava pôr, entre outras coisas, dois terços da população do País a uma hora e meia de distância do Porto ou de Lisboa. Isso fez-se. Antes das autoestradas, Lisboa a Bragança, por hipótese, era uma coisa para 14 horas. Ou Lisboa a Castelo Branco era para cinco e seis horas, o País estava fragmentado, isolado. Hoje é um País unido. Tiveram malefícios, tiveram erros? Assumi-os na Assembleia da República. Agora, não admito que gente que esteve sempre certa, pela simples razão de que nunca fez nada na vida, venha agora lançar-me pedras e dizer que o malandro sou eu!

estratégia nacional de combate à corrupção. Alguém exigiu que tivessem? Ninguém! Depois, veja uma outra coisa: desses planos de prevenção da corrupção, o que lhes sucedeu? Quem garante que estão bem trabalhados e concebidos? Quem garante são bem aplicados? Ninguém! E finalmente, uma última questão, que são os tribunais.

Suscita-lhe alguma crítica a forma como o Banco de Portugal lidou com alguns timings durante este processo recente de prescrição relativamente a Jardim Gonçalves?

Suponho que ninguém poderá deixar de se indignar.

O último dos temas deste entrevista: novas e velhas gerações. Acha que este conflito entre gerações está a ser fomentado pela classe política ou é associado?

Há um programa de Governo que diz explicitamente que tudo isto se faz para corrigir as graves injustiças que os velhos fazem aos novos. Está lá escrito.

E isso, para si, não é verdade?

Pertenço a uma geração anterior à guerra. Com os meus 77 anos comecei a trabalhar no final do ano de 1959. Tinha o curso completo. De onde venho? De onde vêm os meus colegas todos que entram comigo para o mercado de trabalho? Quem ficou para trás ou quem nunca começou? Em que estado estava o País?

Agora, ponhamos um novo, que foi vítima da celeridade e da cupidez, do extremo egoísmo dos velhos, e pergunto, de onde vêm estes sujeitos? O que receberam? Em que país estão? Como é que vão trabalhar? Com que equipamentos? Se comparar isto, é o Portugal de 1960 contra o Portugal de hoje.

As novas gerações receberam um País muito melhor do que as gerações antigas, é o que está a dizer?

Infinitamente melhor! Tanto assim que as novas gerações, é tão grande a distância, nem sequer têm a menor noção da diferença.

Mas este é também o País em que as novas gerações estão a ser convidadas a emigrar porque não têm possibilidades, em Portugal, de encontrar emprego. Se olharmos por essa ótica...

Por essa ótica é assim: as novas gerações têm hoje um tempo muito difícil, por exemplo, na perspectiva do mercado de trabalho.

O País está melhor, mas se calhar é mais difícil arranjar emprego do que era no seu tempo.

Vamos por partes: na década de 1960 emigrou cerca de um milhão de portugueses, um em dez. Muitos deles analfabetos, outros muito pouco qualificados...

E hoje os emigrantes partem com melhores condições – é isso que vai dizer?

Emigram numa situação muitíssimo diferente! Atente aos números que são, de facto, devastadores: por exemplo, a taxa real de escolarização em 1960/61, no ensino secundário, era de 1,3%. Em 2009/10, é de 71%. E os números sucedem-se. O pré-escolar, que é tão importante, como hoje sabemos, era coisa de privilégio entre os mais privilegiados, só havia privados e era inferior a 1%. Hoje estamos em 95%.

Ninguém em Portugal terá dúvidas de que o País está muito melhor do que nesse tempo.

O que pergunto é como se equilibra os direitos das velhas gerações face aos direitos das novas, ou seja, faz sentido o Governo advogar que têm de se repartir os sacrifícios, por exemplo, de maneira a sustentar o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social?...

Há duas coisas diferentes. Uma é dizer, há todo o sentido em fazer sacrifícios, seja de quem for. E agora vamos lá ver se são justos e se são proporcionais.

E para si, claramente, não têm sido proporcionais?

Claro que não!
Temos a perspectiva de que daqui a 20 ou 30 anos as pensões serão muito inferiores, em valor real, àquilo que existe hoje.

“

Quando comecei a trabalhar, havia sabe quantos pensionistas por velhice em Portugal? Doze mil. Os outros morriam de fome que nem cães. É isso que é um bom tempo!?”

Deixe-me fazer-lhe uma pergunta: acha que é inocente dizer-se isso?

Estou a perguntar-lhe.

Então eu digo-lhe. As pessoas, daqui a 20 ou 30 anos, vão ter pensões privadas, que é para isso que as querem empurrar, e lhes vão dar rendimentos, como eles dizem, para aí de três mil euros, dois mil euros, o que for. Públicas é que vão ser muito pequenas, que é para as enxotar para o privado! Do ponto de vista económico, e isto é que é o grande argumento, o custo económico do pensionista é o consumo que o pensionista faz, é o que retira ao bolo nacional, à riqueza nacional, enfim, dois mil, mil euros, não é ser privado ou público! O que os senhores dizem é que se for do público, é impossível e é uma coisa absolutamente aberrante, é um custo económico insuportável. Mas se o mesmo dinheiro for através das instituições financeiras lucrativas, então já está bem. Isto, economicamente, é uma aberração e uma infantilidade, primeiro ponto. Segundo ponto, esse terrorismo demográfico é também absolutamente infantil. A chave não é isso, a chave é a produtividade!

O sistema de segurança social será viável se o País tiver crescimento económico?

É perfeitamente viável, é a produtividade que é a chave. Pode perfeitamente ter-se um bolo grande, que sirva para todos, com menos gente a trabalhar e muitos mais reformados. Eu, quando comecei a trabalhar, havia sabe quantos pensionistas por velhice em Portugal? Doze mil. Os outros morriam de fome que nem cães. Sabe quantos médicos havia, ou quando é que um tipo ia ao médico, e qual era a esperança de vida no campo? Era pouco mais de 40/50 anos. E morriam sem assistência médica que nem cães. É isso que é um bom tempo!

Admite que é preciso reformar o Estado Social para assegurar a sustentabilidade do sistema, que é preciso tomar medidas?

É preciso reformar o Estado social. Não é preciso, e até acho muito mal, tentar liquidar o Estado social para criar mercado para as instituições financeiras. Em terceiro lugar, acho que é possível gerar recursos para ter um Estado social decente, com aumentos de produtividade e de organização.



ID: 53035909

23-03-2014

JOÃO CRAVINHO **Ex-ministro e impulsor do manifesto dos 70**

*“Um primeiro-
-ministro não pode
partir de machado
em riste contra
pessoas de relevo”*



ENTREVISTA ESTADO DA NAÇÃO PÁGS. 4 A 7